

# Afastamento de Joaquim Roriz provoca dúvidas

O virtual afastamento do governador Joaquim Roriz para apoiar o candidato ao GDF pela Frente Progressista, Valmir Campelo (PTB), provoca discussão jurídica. Há divergências entre os profissionais da área quanto a possibilidade do presidente do TJDF, João Carneiro de Ulhôa, substituir temporariamente Roriz. Os sucessores naturais, Márcia Kubitschek, vice-governadora, e Benício Tavares, presidente da Câmara Legislativa, são candidatos e não se dispõem a renunciar.

Na avaliação do conselheiro da OAB-DF, Carlos Mário da Silva Velloso Filho, a substituição do governador é um "impasse constitucional". Ele assinala que a Lei Orgânica do DF é clara ao determinar que no lugar do governador só poderá ficar o vice, o presidente da Câmara ou seu substituto legal. Velloso Filho acha que a presença do presidente do TJDF no GDF seria uma afronta à autonomia de Brasília, já que o Tribunal pertence ao Poder Judiciário da União.

O jurista Saulo Ramos, no entanto, entende que o presidente do TJ poderia assumir o lugar de Roriz temporariamente. "O Tribunal apenas é sustentado pela União", ressalta. Ele analisa que o DF, apesar de ter Lei Orgânica, deve se basear neste caso na Constituição Federal por analogia, uma vez que a Lei Orgânica é omissa quanto a possibilidade de um membro do Judiciário substituir o Governo. Ele lembra que o presidente da República pode ser substituído pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.

**Dúvidas** — Já o ex-presidente da OAB-DF, Esdras Dantas, disse que por analogia e tradição a saída mais razoável seria o chefe da Casa Civil, Benjamim Roriz, assumir. "Quando não tínhamos a figura do vice e nem Câmara era sim", lembra-se. Benício Tavares, por sua vez, acredita que o GDF terá de encontrar um meio jurídico de colocar Ulhôa (que já dividiu escritório com o ministro Sepúlveda Pertence e com o jurista Nunes Leal) no lugar de Roriz.